

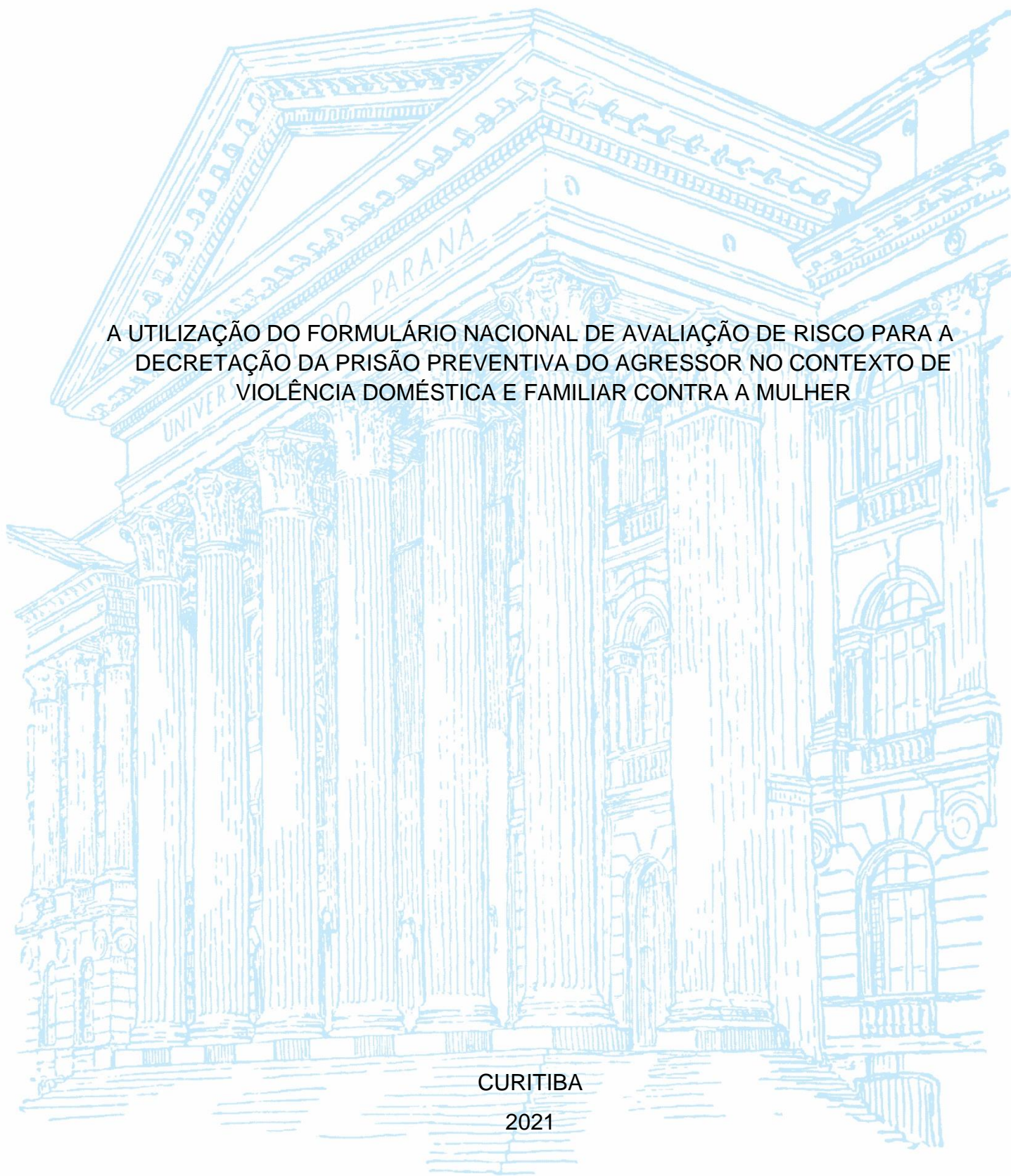
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETÍCIA ALVES PRESTES

A UTILIZAÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO PARA A
DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO AGRESSOR NO CONTEXTO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CURITIBA

2021



LETÍCIA ALVES PRESTES

**A UTILIZAÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO PARA
A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO AGRESSOR NO CONTEXTO
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de artigo científico, apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, à Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscilla Placha Sá

CURITIBA

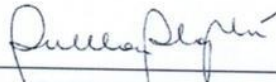
2021

TERMO DE APROVAÇÃO

A UTILIZAÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO AGRESSOR NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

LETÍCIA ALVES PRESTES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Priscilla Placha Sá
Orientador

Coorientador



Prof. Dr. André Peixoto de Souza
1º Membro



Prof.ª Dr.ª Katie Silene Cáceres Arguello
2º Membro

RESUMO

Diante do crescente número de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Brasil, busca-se medidas de proteção à vítima e de combate à recidiva dos atos delituosos. Apesar da criação das medidas protetivas pela Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, e da criminalização do descumprimento de medidas protetivas de urgência trazida pela Lei 13.641/2018, o descumprimento das medidas cautelares é constante, de forma que a vítima volta ao estado de risco. Em busca da efetivação dos direitos humanos da mulher, verifica-se, através de estudo bibliográfico e da análise do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, que o documento se mostra um importante instrumento para a identificação tempestiva do risco ao qual a vítima está submetida e auxilia na fundamentação do pedido ou da decretação da prisão preventiva do agressor, dada a excepcionalidade da medida, a fim de evitar novos atos de violência ou, até mesmo, a ocorrência de feminicídio.

Palavras-chave: Violência doméstica e familiar contra a mulher. Prisão preventiva. Formulário Nacional de Avaliação de Risco.

ABSTRACT

In view of the growing number of women victims of domestic and family violence in Brazil, measures are being taken to protect the victim and to combat the recurrence of criminal acts. Despite the creation of protective measures by Law 11.340 / 2006 - Maria da Penha Law, and the criminalization of non-compliance with urgent protective measures brought by Law 13.641/2018, non-compliance with precautionary measures is constant, so that the victim returns to the state risk. In the search for the realization of women's human rights, it is verified, through a bibliographic study and through the analysis of the National Risk Assessment Form, that the document proves to be an important instrument for the timely identification of the risk to which the victim is subjected and assists in justifying the request or the decree of pre-trial detention of the aggressor, given the exceptional nature of the measure, in order to avoid new acts of violence or even the occurrence of femicide.

Keywords: Domestic and family violence against women. Pre-trial detention. National Risk Assessment Form.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 5 |
| 2. LEI MARIA DA PENHA E MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA..... | 6 |
| 3. O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO..... | 12 |
| 3.1 A COMPOSIÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO..... | 16 |
| 4. A PRISÃO PREVENTIVA DO AGRESSOR NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER..... | 20 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 24 |
| REFERÊNCIAS..... | 25 |
| ANEXOS..... | 29 |

1. INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema complexo e de longa existência, principalmente no Brasil. Apesar de possuir uma das três melhores leis no combate à violência doméstica no mundo¹, possui também a quinta maior taxa de feminicídio no mesmo ranking², o que demanda do Estado a implementação de políticas públicas que resultem no combate efetivo à violência perpetrada no âmbito doméstico e familiar no país.

A Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, que foi a que definiu a violência doméstica e familiar contra a mulher, trouxe consigo a finalidade de proteger a mulher da reiteração criminosa e iminência da violência, através de “normas de discriminação positiva, ou seja, medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre homem e mulher”³. As medidas protetivas contidas na Lei buscam proteger a integridade da vítima, a fim de que esta não venha a sofrer novos episódios de violência ou, até mesmo, feminicídio.

No entanto, mesmo com a criação da Lei nº 13.641/2018, que tornou crime o descumprimento de medidas protetivas de urgência, as medidas cautelares são constantemente descumpridas, colocando a vítima novamente em estado de risco.

Apesar da previsão legal da possibilidade de prisão preventiva do agressor, tanto na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), quanto no Código de Processo Penal (CPP), a decretação da medida excepcional depende de fundamentação idônea e da análise da situação de risco da mulher.

Dessa forma, analisa-se a importância e a efetividade do Formulário Nacional de Avaliação de Risco como instrumento para reconhecer a especificidade da situação da vítima, e se os resultados encontrados na aplicação devem ser utilizados como fundamento do pedido ou da decretação da prisão preventiva do agressor, a fim de proteger a mulher frente ao risco imediato.

¹Lei Maria da Penha completa 11 anos com ações de combate à violência contra a mulher. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/08/lei-maria-da-penha-completa-11-anos-com-aco-es-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em 07 out. 2020.

²WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Mapa da Violência 2015. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

³BRASIL, República Federativa do. Decreto. n.º 1.973, de 1º de agosto 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

2. LEI MARIA DA PENHA E MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

A Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, conforme disposto em seu artigo 1º, entre outras destinações, “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”⁴.

Dentre os importantes artigos constantes na Lei, mais precisamente nas suas disposições preliminares, destaca-se, aqui, o parágrafo 1º do artigo 3º, que “o poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares”⁵, e também o artigo 4º, que ressalta que “na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar”⁶.

Nesse sentido, a Lei Maria da Penha possui como objetivos, de acordo com Alice Bianchini, “proteger a mulher da reiteração criminosa e iminência da violência; criar situações para que possa viver livre de violência. Ou seja, garantir a proteção da mulher”⁷. Ainda segundo a autora, “o flagrante e absurdo desrespeito aos direitos básicos da mulher no ambiente doméstico, como o direito de uma vida sem violência, justifica a criação de um instrumento voltado a instituir condições de se reverter tal quadro”⁸.

Segundo Wânia Pasinato,

A lei em questão é reconhecida como um marco para o processo histórico de construção e reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos no Brasil. Aclamada pela Organização das Nações Unidas como uma das leis mais avançadas no enfrentamento da violência contra as mulheres no mundo (UNWOMEN, 2011), essa legislação contempla medidas judiciais e extrajudiciais adotando uma concepção ampla de acesso à justiça e a direitos a partir da perspectiva de gênero. Por sua abrangência, o texto legislativo é também considerado um conjunto de políticas públicas para o enfrentamento da violência baseada no gênero, cuja aplicação integral

⁴BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm>. Acesso em: 20 out. 2020

⁵*Ibidem*.

⁶*Ibidem*.

⁷BIANCHINI, Alice. O novo tipo penal de descumprimento de medida protetiva previsto na Lei 13.641/2018. Jusbrasil, São Paulo, 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/569740876/o-novo-tipo-penal-de-descumprimento-de-medida-protetiva-previsto-na-lei-13641-2018>>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁸*Ibidem*.

depende do compromisso do Executivo, do Judiciário e do Legislativo nas esferas do governo federal, dos estados e municípios.⁹

Pasinato ainda menciona a importância do reconhecimento da violência baseada no gênero como violação dos direitos humanos (art. 6º, Lei 11.340/2006), como uma nova referência para as ações do Estado diante desse problema social:

Tratar a violência doméstica e familiar contra a mulher como violação de direitos humanos, por um lado, implica o reconhecimento das mulheres como sujeitos, cujos direitos são universais e inalienáveis e devem ser protegidos pela lei e promovidos pelas políticas públicas. Por outro lado, implica ampliar a compreensão desse fenômeno social para além dos limites impostos pelo binômio da criminalização-vitimização (IZUMINO, 2003; SOARES, 2002) sobre o qual se ancorou, até meados da década de 1990, o debate sobre o reconhecimento da violência contra as mulheres como problema social no Brasil (PASINATO, 2008) e cuja lógica estava baseada numa visão restrita de punição e penalização dos agressores (SOARES, 2002).¹⁰

No sentido das medidas de assistência e proteção, a Lei dispôs, no artigo 22, acerca das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, e no artigo 23, as medidas protetivas de urgência à ofendida. Dentre essas medidas, encontram-se desde a determinação de não convivência e limite de distância, até mesmo o comparecimento do agressor a programas de reabilitação e reeducação ou, no caso da vítima, encaminhamento a programas de proteção e atendimento.

Quanto ao comparecimento do agressor a programas de reabilitação e reeducação, encontra-se, na jurisprudência, exemplos da significação da medida:

Apelação. Art. 129, §9º, CP. Insuficiência probatória. Absolvição. Redução da pena. Regime inicial aberto. "Sursis" - Prova suficiente para a condenação. Declarações da vítima e laudo de exame de corpo de delito autorizam a condenação. Pena fixada no mínimo legal, estabelecido regime aberto, **mediante condição especial de comparecimento ao CERAV - Centro Especializado de Reabilitação do Agressor. Medida que pode contribuir para evitar a reprodução da violência de gênero e que pode trazer benefícios ao próprio apelante e à comunidade. Reflexão a respeito da violência de gênero traz mudança cultural, nos paradigmas de respeito à pessoa humana.** Suficiente a condição imposta, fica afastada a suspensão condicional da pena. Recurso provido em parte para afastar a suspensão

⁹PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. Revista Direito GV. v.11, n.2. São Paulo, jul/dez.2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0407.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

¹⁰*Ibidem*.

condicional da pena, mantida a condição especial de comparecimento ao CERAV.¹¹

Equipes técnicas multidisciplinares, integradas por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde são extremamente importantes no atendimento e na orientação às partes envolvidas nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Conforme Relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Em uma unidade, a ausência de equipe multidisciplinar faz com que os pedidos de restrição de visita dos agressores aos filhos acabem sendo indeferidos, em função da impossibilidade de avaliação psicossocial sobre a questão, conforme alegaram os atores jurídicos. O juiz afirmou que, diante da ausência da equipe, cabe às partes trazer provas, indicando que indefere todos os pedidos sem esses elementos.¹²

Diante da importância desses instrumentos, para a proteção da integridade da vítima e para que o agressor não venha a praticar novos atos de violência contra a ofendida, há quem defenda, como Maria Berenice Dias¹³, que a autoridade policial possa aplicar medidas protetivas se verificar risco iminente à vítima, provisoriamente, até a deliberação judicial, em razão da demora para assegurar a proteção dessa vítima, desde a decisão de quais medidas serão aplicadas, até que o agressor seja cientificado da decisão.

Quanto à necessidade de uma decisão célere para a aplicação das medidas, Nádia Gerhard faz a seguinte análise sobre o tema:

A justificativa para acompanhar-se a vítima antes mesmo do deferimento por parte do juiz [da medida protetiva de urgência] é a vulnerabilidade em que as vítimas se encontram logo após terem denunciado o agressor, terem requerido a representação contra o agressor e solicitado MPU. A partir dos dados repassados pelo Observatório da Violência Doméstica da Secretaria

¹¹TJ-SP - APL: 00049576220158260602 SP 0004957-62.2015.8.26.0602, Relator: Angélica de Almeida, Data de Julgamento: 08/03/2017, 12ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 27/03/2017.

¹²IPEA. Relatório: O Poder Judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/190830_rel_poder_judic_no_enfren_a_viol_domest_familiar_contra_as_mulheres.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

¹³DIAS, Maria Berenice. Medidas Protetivas Mais Protetoras. 2016. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_13014\)Medidas_protetivas_mais_protetoras.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_13014)Medidas_protetivas_mais_protetoras.pdf)>. Acesso em 12 de nov. 2020.

de Segurança Pública [de RS], único no País, as vítimas que morreram tiveram suas vidas encerradas do primeiro até o trigésimo dia do registro de ocorrência, o que motivou a Patrulha Maria da Penha a trabalhar antes mesmo do deferimento da medida protetiva por parte do Judiciário.¹⁴

Ademais, para além da necessidade de aplicação de medidas protetivas de urgência para a contenção dessa violência, encontra-se a problemática do descumprimento dessas medidas protetivas pelo agressor. Para por fim às divergências doutrinárias e jurisprudenciais quanto às consequências de tal ato, criou-se a Lei nº 13.641/2018 que tornou crime o descumprimento de medidas protetivas de urgência, com pena de detenção, de 3 (três) meses a 2 anos (dois) anos¹⁵.

No entendimento de Bianchini, a criminalização da conduta está ajustada aos objetivos traçados pela Lei Maria da Penha, no que diz respeito às medidas protetivas de urgência: “Seu objetivo primeiro, portanto, é o da prevenção eficaz e célere, a fim de proteger a integridade física, psicológica, moral, sexual, patrimonial, dentre outros, da mulher vítima de violência doméstica ou que está correndo o risco de sofrê-la”¹⁶.

Assim se justifica na exposição de motivos da nova lei:

Considerando as estatísticas apavorantes sobre a violência sofrida pela mulher, especialmente no lar, sabe-se que a cada dez minutos uma mulher é vítima de feminicídio ou lesões corporais em nosso país. Reduzir o descumprimento das medidas protetivas a simples ilícito civil é uma total irresponsabilidade e falta de compreensão desse terrível fenômeno social. É mister que haja um tratamento penal da matéria, e que seja rigoroso o suficiente para desencorajar as atitudes que violam o sistema de proteção.¹⁷

Nesse sentido, ensina Eduardo Luiz Santos Cabette¹⁸ que o crime de descumprimento é um tipo penal preventivo e que se trata de um crime de perigo, pois

¹⁴GERHARD, Nádia. Patrulha da Lei Maria da Penha. Porto Alegre: AGE: EDIPUCRS, 2014, p. 87.

¹⁵BRASIL. Do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Lei N.º13.641/2018, de 3 de abril de 2018.

¹⁶BIANCHINI, Alice. O novo tipo penal de descumprimento de medida protetiva previsto na Lei 13.641/2018. Jusbrasil, São Paulo, 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/569740876/o-novo-tipo-penal-de-descumprimento-de-medida-protetiva-previsto-na-lei-13641-2018>>. Acesso em: 20 out. 2020.

¹⁷Exposição de Motivos da Lei 13.641/2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1297696>. Acesso em 15 nov. 2020.

¹⁸CABETTE, Eduardo Luiz Santos. Descumprir medidas protetivas de urgência agora é crime. Jusbrasil, São Paulo, 10 abr. 2018. Disponível em: <<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/563464417/descumprir-medidas-protetivas-de-urgencia-agora-e-crime>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

quando o agente descumpre a medida protetiva, coloca em risco a integridade da vítima, mesmo que não venha a praticar novo ato de violência.

No entanto, há quem entenda pela insuficiência das medidas protetivas de urgência para a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, em razão dos números relacionados a esse tipo de violência, que continuam elevados. Assim explica Gerhard:

As estatísticas comprovam que a simples Medida Protetiva de Urgência não tem alcançado a segurança e a tranquilidade que as mulheres que se encontram em tal situação merecem. Observa-se que, mesmo “amparadas” por tal instrumento, muitas vezes as mulheres voltam a ser agredidas, violentadas e até mesmo assassinadas pelos mais diversos motivos. O fim de um relacionamento, uma desavença conjugal, um sentimento de posse e propriedade sobre a companheira são razões que têm levado muitas mulheres às agressões constantes e, em muitos casos, à morte.¹⁹

Ainda que apontados alguns fatores que possam ser causa dessa ineficácia, como, por exemplo, a ausência ou dificuldade de fiscalização das medidas²⁰, para Renato Brasileiro de Lima²¹, o caráter coercitivo das medidas protetivas de urgência condiciona sua eficácia, uma vez que há possibilidade de decretação da prisão preventiva em virtude do descumprimento injustificado das medidas. Ainda no que diz respeito à busca por efetividade, ressalta a possibilidade, de acordo com a necessidade, adequação e proporcionalidade, da aplicação isolada ou cumulativa das medidas protetivas de urgência, além da substituição por outra que o juízo entenda de maior eficácia.

No que se refere à efetividade do processo protetivo, Valéria Diez Scarance Fernandes ensina que “o processo penal protetivo é composto pelas medidas protetivas destinadas à vítima e ao agressor, aspectos procedimentais e consequências do descumprimento”²². A autora entende, ainda, que “é um

¹⁹GERHARD, Nádia. Patrulha Maria da Penha: O impacto da ação da Polícia Militar no enfrentamento da violência doméstica. Porto Alegre: AGE e ediPUCRS, 2014. p. 84.

²⁰PASINATO, Wania. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. Revista Direito GV. v.11, n.2. São Paulo, jul/dez.2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0407.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

²¹LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação criminal especial comentada: volume único. 4 ed. rev. atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2016.

²²FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar (inclui Lei de Feminicídio). São Paulo: Atlas, 2015. <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/6177/1/Valeria%20Diez%20Scarance%20Fernandes.pdf>> Acesso em: 11 out. 2020.

instrumento inovador de intervenção social, apto a modificar a realidade e a história de homens e mulheres inseridos em ciclos de violência”²³.

Ainda que Fernandes não considere um instrumento isento de críticas, cita aspectos positivos que conferem agilidade e efetividade na proteção:

A capacidade postulatória da vítima (art. 12, §1º, da Lei 11.340/2006), prescindindo-se dos rigores exigidos pela legislação para uma ação cautelar; a extensão das medidas protetivas a testemunhas e familiares das vítimas (art. 22, III, a e b, da Lei 11.340/2006); tramitação célere, pois há o prazo de 48 horas para o encaminhamento do pedido para a autoridade policial (art. 12, III, da Lei 11.340/2006); e o mesmo prazo para o juiz decidir (art. 18, da Lei 11.340/2006); caráter *rebus sic stantibus* das medidas, que a todo tempo podem ser substituídas ou revistas (art. 19, §2º, da Lei 11.340/2006); possibilidade de decretação da prisão preventiva, inclusive no curso do inquérito policial (art. 20 da Lei 11.340/2006).²⁴

Rogério Sanches Cunha entende que “as medidas protetivas têm caráter progressivo, que pode fazê-las evoluir até a decretação da prisão preventiva. Esta progressividade não é influenciada pelas consequências que o agente possa vir a sofrer em razão da prática do crime”²⁵.

A possibilidade de decretação da prisão preventiva significa instrumento de proteção quando as medidas protetivas se mostram inefetivas à proteção da mulher:

O inovador processo protetivo da Lei Maria da Penha deve ser interpretado à luz de sua finalidade, de proteger e recuperar, extrapolando-se a tradicional concepção punitiva. A prisão preventiva figura muitas vezes como cautela imprescindível para se evitar a morte da vítima, independentemente da pena que seria fixada no caso concreto.²⁶

Para Fernandes²⁷, portanto, para não se colocar em risco a vida de mulheres, caso o agente demonstre periculosidade exacerbada, descontrole e haja risco evidente para a vítima, a prisão preventiva pode ser decretada com base no artigo 20

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ CUNHA, Rogério Sanches. Lei 13.641/18: Tipifica o crime de desobediência a medidas protetivas. 04 abr 2018. Disponível em: <<http://meusitejuridico.com.br/2018/04/04/lei-13-64118-tipifica-o-crime-de-desobediencia-medidas-protetivas/>>. Acesso em 20 nov. 2020.

²⁶ FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar (inclui Lei de Feminicídio). São Paulo: Atlas, 2015. <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/6177/1/Valeria%20Diez%20Scarance%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

²⁷ *Ibidem*.

da Lei nº 11.340/2006, exclusivamente, além da hipótese prevista pelo artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal.

3. O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

Os formulários de avaliação de risco são um importante instrumento para análise de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, auxiliando de forma significativa o diagnóstico da situação, para identificar a intervenção cabível na situação.

A avaliação do risco visa identificar os fatores de risco no que se refere a intervenção para proteção da mulher frente ao risco imediato, adoção de procedimentos integrados para minimizar a repetição da violência e a melhoria das respostas institucionais para reduzir a incidência da violência doméstica e familiar.²⁸

Nesse sentido, de acordo com Marcela Novais Medeiros,

Embora todas as mulheres que buscam ajuda na rede de atendimento à mulher em situação de violência estejam em condição de perigo, ou seja, em risco potencial de danos, é preciso diferenciar a periculosidade de cada experiência, que é a presença efetiva de risco de danos ou de morte (Grams & Magalhães, 2011; Santos, 2010). Uma mesma condição de perigo pode ter periculosidade diferente, dependendo das medidas de proteção adotadas (Santos, 2010). Assim, ter um homem violento como companheiro configura-se como condição de perigo. Caso a companheira de um homem violento peça a separação, ela está em condição de periculosidade e, se ele não for obrigado a entregar sua arma à polícia, a periculosidade é maior.²⁹

Apesar da existência de formulários com esses propósitos, até 2019 não havia um formulário único para utilização em todo o território nacional. Finalmente, através da Resolução Conjunta nº 5/2020 de 03/03/2020, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público criaram o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, cuja Legislação Correlata é a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha³⁰.

²⁸PASINATO, Wânia. Formulário de avaliação de risco: modelo para a realidade brasileira. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/acf33647-561b-4225-a054-c53d248a812e.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

²⁹MEDEIROS, Marcela Novais. Avaliação de risco em casos de violência perpetrada pelo parceiro íntimo. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, 2015.

³⁰CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/ResolucaoConjunta-CNJCNMP-Frida-04032020.pdf>> Acesso em: 20 out. 2020.

Dentre as considerações mencionadas na exposição de motivos do ato, encontram-se a menção ao artigo 226, §8º da Constituição Federal; à necessidade de políticas públicas que visem garantir os direitos humanos das mulheres; à necessidade de tratamento adequado à temática da violência doméstica e familiar contra a mulher; à avaliação correta da situação de perigo gerada pelo estado de liberdade do agressor, no que diz respeito à medida protetiva de urgência e/ou cautelar apropriada; à identificação de fatores de risco de nova violência ou até mesmo feminicídio, para gestão do risco identificado, entre outros motivos elencados.

O Formulário Nacional de Avaliação de Risco é um instrumento que possui a finalidade de auxiliar na prevenção e no enfrentamento de crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra as mulheres, e possibilita identificar se a mulher se encontra em situação de risco, bem como procura mensurar o grau de risco a que está exposta. A recidiva da violência contra a mulher pode ser evitada por meio da intervenção no tempo adequado, através da avaliação do risco e identificação dos possíveis fatores que contribuem para a recidiva da violência e do feminicídio³¹.

A utilização do Formulário pode auxiliar os integrantes do sistema de justiça e da rede de atendimento que atuam nesse contexto para tomar decisões ou estabelecer medidas de prevenção, inclusive, o plano de segurança individual da vítima. A instrução é a de que o formulário seja aplicado por profissional capacitado, sendo que na sua ausência a vítima pode preencher as questões objetivas do documento. O formulário será anexado ao inquérito ou aos procedimentos relacionados para auxiliar nas decisões de medidas protetivas pelos magistrados, ou subsidiar a atuação do Ministério Público e demais órgãos integrantes da rede de proteção.

Na prática, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco - Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher foi criado com o objetivo de “identificar os fatores que indiquem o risco da mulher vir a sofrer qualquer forma de violência no âmbito das relações domésticas e familiares”³². Por meio deste formulário, será possível

³¹FRA – European Union Agency for Fundamental Right. Violence against women: an EU-wide survey. Main results, 2015. Disponível em: <https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

³²CNJ. Resolução Conjunta nº 5, de 3 de março de 2020. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3218>>. Acesso em: 20 out. 2020.

mensurar em quais situações a vítima se encontra e subsidiar a atuação do Ministério Público, do Poder Judiciário e das demais instituições³³.

Explicada a importância da identificação desses fatores de risco, convém mencionar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta o baixo nível de instrução da vítima ou do agressor, o histórico de abuso sexual infantil, a experiência de violência familiar, o transtorno de personalidade, a utilização do álcool, o desemprego e as normas sociais que privilegiam os homens e promovem a desigualdade de gênero como fatores que propiciam esse risco à mulher³⁴, e é esse diagnóstico que possibilita tratar com maior especificidade a situação da vítima, desenvolver estratégias de proteção à mulher e seus filhos e avaliar o risco de reincidência da violência.

No que se refere, especificamente, ao Formulário Nacional de Avaliação de Risco, “é um documento técnico e objetivo que tem como finalidade a padronização da gravidade de risco de mulheres vítimas nos crimes de gênero, isto é, na violência doméstica e familiar e no feminicídio”³⁵. O instrumento mostra-se um importante mecanismo para decisões judiciais e para a criação de políticas de proteção às mulheres.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontou como objetivos do Formulário: a fundamentação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha, a orientação do profissional no atendimento à mulher vítima de violência, a prevenção à reincidência da violência de gênero ou evitar a morte da vítima e o auxílio ao encaminhamento e ao atendimento na rede de instituições.³⁶

O Formulário possui como marcos normativos³⁷, dentre outros, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção do Pará), segundo a qual, consoante artigo 7º, os Estados têm o dever de:

³³*ibidem*.

³⁴ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Violencia contra la mujer. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

³⁵Gênero bate à porta do Judiciário: aplicando o Formulário Nacional de Avaliação de Risco [recurso eletrônico] / organizadoras Salete Silva Sommariva, Michelle de Souza Gomes Hugill. – Documento eletrônico. - Florianópolis: CEJUR, 2020.

³⁶CNJ. Resolução Conjunta nº 5, de 3 de março de 2020. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3218>>. Acesso em: 20 out. 2020.

³⁷Gênero bate à porta do Judiciário: aplicando o Formulário Nacional de Avaliação de Risco [recurso eletrônico] / organizadoras Salete Silva Sommariva, Michelle de Souza Gomes Hugill. – Documento eletrônico. - Florianópolis: CEJUR, 2020.

- c) incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis;
- d) adotar medidas jurídicas que exijam do agressor que se abstenha de perseguir, intimidar e ameaçar a mulher ou de fazer uso de qualquer método que danifique ou ponha em perigo sua vida ou integridade ou danifique sua propriedade.³⁸

Além da Convenção, a Recomendação Geral nº 35 do Comitê Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) estabelecem as seguintes diretrizes:

Adotar e implementar medidas efetivas para proteger e assistir mulheres autoras e testemunhas de denúncias relacionadas à violência de gênero, antes, durante e após o processo legal, incluindo: Fornecimento de mecanismos de proteção apropriados e acessíveis para prevenir violência futura ou em potencial, sem a precondição para as vítimas/as sobreviventes iniciarem ações legais, inclusive por meio da remoção de barreiras de comunicação para vítimas com deficiência. Esses mecanismos devem incluir avaliação e proteção quanto a riscos imediatos, que compreendem ampla gama de medidas efetivas e, quando apropriado, a emissão e o monitoramento de ordens de expulsão, proteção, restrição ou emergência contra supostos agressores, incluindo sanções adequadas por descumprimento. As medidas de proteção devem evitar impor carga financeira, burocrática ou pessoal indevida às mulheres vítimas/sobreviventes. Os direitos ou as reivindicações dos agressores, ou supostos agressores, durante e após processos judiciais, inclusive em relação à propriedade, privacidade, custódia, acesso e visita a criança, devem ser determinados à luz dos direitos humanos relacionados à vida e à integridade física, sexual e psicológica das mulheres e das crianças, orientados pelo princípio do melhor interesse da criança.³⁹

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) prevê, em seu artigo 5º, o âmbito de ocorrência da violência doméstica e familiar contra a mulher, e no artigo 11, a associação a um mecanismo com vistas aos fatores e gestão de riscos⁴⁰:

³⁸BRASIL, República Federativa do. Decreto. n.º 1.973, de 1º de agosto 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

³⁹ CNJ. Recomendação Geral n. 35 sobre Violência de Gênero Contra as Mulheres do Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW). Série Tratados Internacionais de Direitos humanos. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2019/09/769f84bb4f9230f283050b7673aeb063.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁴⁰Gênero bate à porta do Judiciário: aplicando o Formulário Nacional de Avaliação de Risco [recurso eletrônico] / organizadoras Salete Silva Sommariva, Michelle de Souza Gomes Hugill. – Documento eletrônico. - Florianópolis: CEJUR, 2020.

Art. 5º. I - No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.⁴¹

O Formulário, portanto, ajuda o magistrado a aplicar medidas protetivas e preventivas, com base no nível dos fatores de risco da vítima, o que possibilita a proposição de uma medida protetiva com base mais segura e direcionada à vítima.⁴²

3.1 A COMPOSIÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

O Formulário é composto por duas partes e quatro blocos, nos quais constam, na primeira parte, informações sobre o histórico de violência, sobre o(a) agressor (a), sobre a vítima e outras informações importantes; e na segunda parte, perguntas descritivas preenchidas pelo profissional capacitado.

As primeiras perguntas do Formulário referem-se ao fator de risco agressões físicas contra a vítima. As perguntas nº 01, nº 02 e nº 03 envolvem questões como ocorrência de ameaças por parte agressor, seja contra a vítima ou contra familiares, para atingi-la; agressões físicas como enforcamento, tiro, facada, soco e entre outros; e sobre a necessidade de atendimento médico e/ou internamento após a ocorrência das agressões. A justificativa para tais perguntas é a de que:

⁴¹BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁴²CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Formulário FRIDA, 2019. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2019/maio/Proposta_de_kit.REV.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

Segundo o Mapa da Violência 2012, 51,6% das vítimas eram reincidentes da violência doméstica e familiar. Um dos principais fatores que levam ao feminicídio são as agressões físicas. Ainda, mulheres agredidas ou ameaçadas com arma tem 20 vezes mais chances de morrerem.⁴³

A pergunta nº 04 está relacionada à ocorrência de violência sexual contra a vítima, tendo em vista que “a violência sexual é um fator reincidente para o ciclo da violência”⁴⁴.

As perguntas nº 05 e nº 06 envolvem o fator de risco ciúme excessivo, *stalking*, perseguição e controle da vítima, listando exemplos de comportamentos adotados pelo agressor, para que a vítima possa identificá-los.

A pergunta nº 07 envolve questões relacionadas ao fator de risco descumprimento de medidas protetivas, cujo conteúdo envolve registro de ocorrência policial, a formulação de pedido de medida protetiva de urgência contra esse agressor, se houve descumprimento de medida protetiva anterior e se as agressões ou ameaças se tornaram mais graves ou mais frequentes nos últimos meses. A justificativa para essas perguntas é a de que “quando o agressor não cumpre ordens judiciais, o caso provavelmente terminará em crime de feminicídio”⁴⁵.

O segundo bloco de perguntas possui como conteúdo informações sobre o(a) agressor(a). A pergunta nº 09 refere-se ao fator de risco de uso de drogas ou álcool, para identificar o uso abusivo dessas substâncias pelo agressor. Isso se justifica tendo em vista que “a utilização de drogas ou álcool pode aumentar a probabilidade de que ocorra a violência”⁴⁶.

As perguntas nº 10 e nº 11 estão relacionadas ao fator de risco de problemas de saúde mental do agressor, como doença mental comprovada com avaliação médica ou tentativa ou menção à suicídio. Isso porque “problemas de saúde mental indicam uma maior possibilidade de resultar em feminicídio”⁴⁷.

A pergunta nº 12 refere-se ao fator de risco dificuldades financeiras do agressor, se está desempregado ou se tem dificuldade de se manter no emprego. Isso

⁴³Gênero bate à porta do Judiciário: aplicando o Formulário Nacional de Avaliação de Risco [recurso eletrônico] / organizadoras Salete Silva Sommariva, Michelle de Souza Gomes Hugill. – Documento eletrônico. - Florianópolis: CEJUR, 2020.

⁴⁴*Ibidem*.

⁴⁵*Ibidem*.

⁴⁶*Ibidem*.

⁴⁷*Ibidem*.

porque “problemas financeiros, como o desemprego, são fatores reincidentes para o ciclo da violência”⁴⁸.

A pergunta nº 13 visa identificar, no que diz respeito a agressões físicas contra a vítima, se o agressor já usou, ameaça usar ou possui fácil acesso a arma de fogo. Sabe-se que:

Segundo o Mapa da Violência 2012, 51,6% das vítimas eram reincidentes da violência doméstica e familiar. Um dos principais fatores que levam ao feminicídio são as agressões físicas. Ainda, mulheres agredidas ou ameaçadas com arma tem 20 vezes mais chances de morrerem.⁴⁹

A pergunta nº 14 visa identificar a ocorrência de ameaça e/ou agressão contra familiares, amigos, animais de estimação, entre outros, tendo em vista que o “agressor que tem histórico de violência doméstica e familiar tem probabilidade de cometer algum tipo de violência com familiares”⁵⁰.

Finalmente, no bloco 3 do Formulário consta perguntas sobre a vítima. Das perguntas nº 15 a nº 18 busca-se identificar conflitos relacionados a guarda, pensão alimentícia e separação. As questões envolvem conteúdos como separação recente ou tentativa de separação, filhos, faixa etária dos filhos e filhos com deficiência, conflitos relacionados a guarda ou pagamento de pensão pelo agressor e se os filhos já presenciaram atos de violência do agressor contra a vítima. A verificação é importante porque “há uma grande relação entre conflitos familiares e feminicídio”⁵¹.

Tendo em vista que “a gravidez é um fator associado aos crimes de feminicídio”⁵², as perguntas nº 19 e nº 20 visam identificar atos de violência contra a vítima durante a gravidez ou nos três meses posteriores ao parto, e se está grávida ou teve bebê nos últimos 18 meses.

Ainda sobre o fator de risco quanto a conflitos relacionados a guarda, pensão alimentícia ou separação, a pergunta nº 21 refere-se a um possível novo relacionamento da vítima e se as agressões ou ameaças aumentaram em razão disso.

⁴⁸*Ibidem.*

⁴⁹*Ibidem.*

⁵⁰*Ibidem.*

⁵¹*Ibidem.*

⁵²*Ibidem.*

Como explicado anteriormente, “há uma grande relação entre conflitos familiares e feminicídio”⁵³.

As últimas seis questões do Formulário se referem ao perfil da vítima, se possui deficiência ou é portadora de doença degenerativa, raça, cor, se mora em local de risco de violência, se é dependente financeiramente do agressor e se necessita, quer e aceita abrigo temporário.

Portanto, quanto maior o número de respostas “sim”, identifica-se que maior a gravidade de risco da vítima para ser reincidente no ciclo da violência ou para ser vítima de feminicídio.⁵⁴

A segunda parte do Formulário é aquela preenchida pelo profissional capacitado, e é composta de perguntas descritivas, nas quais deve-se registrar as informações pertinentes para a compreensão da situação da vítima. As perguntas possuem conteúdos que se referem a demonstração da percepção de risco pela vítima, informações relevantes quanto ao contexto ou situação da vítima, como a vítima se apresenta física e emocionalmente, risco de suicídio, se a vítima reside com o agressor ou se ele tem fácil acesso a sua residência, possíveis circunstâncias que tenham chamado a atenção do profissional, os encaminhamentos sugeridos para a vítima e se ela concordou com os encaminhamentos.

No que se refere aos fatores de risco, em 2017, data anterior a criação do Formulário, o Cadastro Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres (CNVD), criado por meio da Lei 11.340/2006, constatou que 22% dos casos correspondia a um histórico de violência anterior por parte do agressor, 17% ao uso de álcool ou drogas ilícitas pelo agressor, 17% por comportamento controlador, ciúmes ou alegação de traição, 15% por separação ou tentativa no último ano, 13% presença de crianças ou adolescentes na família e outros 16% por motivos distintos. No entanto, aponta também a porcentagem de não respondidos de 93,78%⁵⁵.

Isto posto, o Formulário deve ser aplicado pelo profissional com vistas a: identificar os sinais de violência; avaliar os fatores de risco no Formulário Nacional de Avaliação de Risco; após a contabilização dos fatores, traçar estratégias para proteger

⁵³*Ibidem*.

⁵⁴*Ibidem*.

⁵⁵CNMP. Informações extraídas do banco de dados do Cadastro de Violência Doméstica até 29/09/2017. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/servicos/101-enasp/10735-informacoes-extraidas-do-banco-de-dados-do-cadastro-de-violencia-domestica-ate-29-09-2017>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

e prevenir a violência e monitorar e reavaliar de forma regular sempre que houver alteração nos fatores de risco⁵⁶.

4. A PRISÃO PREVENTIVA DO AGRESSOR NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

A prisão preventiva nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser decretada em duas hipóteses. A primeira encontra-se fundamentada no artigo 20, da Lei nº 11.340/2006, que prevê o cabimento da prisão preventiva do agressor em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal. A segunda hipótese encontra-se no artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, para garantir a execução de medidas protetivas de urgência.

Apesar das mais diversas discordâncias doutrinárias e jurisprudenciais a respeito do tema, principalmente quanto a aplicação da cautelar no contexto de violência doméstica e familiar e em seus requisitos, os requisitos de *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*, ensinados por Aury Lopes Junior⁵⁷, mostram-se fundamentais para a decretação da prisão preventiva, seja no contexto da violência de gênero ou em qualquer das demais possibilidades previstas pelo ordenamento jurídico. Obedecidos os requisitos, verificando não haver nenhuma outra cautelar capaz de proteger a vítima das ameaças a sua integridade física e psicológica, verificadas as circunstâncias do caso concreto, poderá ser decretada a prisão preventiva do agressor.

Especialmente no que se refere à hipótese da prisão preventiva para a garantia da execução de medidas protetivas, Antônio Suxberger menciona sobre a noção da prisão preventiva através da noção de prevenção especial, para que o autor das agressões não volte a delinquir. O autor cita três circunstâncias nas quais é possível o decreto de prisão preventiva, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal: a necessidade de resguardar a integridade física e psíquica do acusado ou

⁵⁶Gênero bate à porta do Judiciário: aplicando o Formulário Nacional de Avaliação de Risco [recurso eletrônico] / organizadoras Salete Silva Sommariva, Michelle de Souza Gomes Hugill. – Documento eletrônico. - Florianópolis: CEJUR, 2020.

⁵⁷LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

de terceiros; para impedir a reiteração de práticas criminosas e para assegurar a credibilidade das instituições com ação tempestiva das medidas adequadas.⁵⁸

Francisco Sannini Neto⁵⁹ defende que nos crimes de violência contra a mulher, a prisão preventiva pode se apresentar como a tutela adequada para fazer cessar a reiteração de condutas criminosas, no caso concreto, sendo que, caso o juízo nada possa fazer frente ao caso concreto, seria reconhecer a incapacidade do Poder Judiciário de tutelar os bens jurídicos relevantes quando se trata de Processo Penal. Nesse sentido, seria medida para tutelar de forma adequada os direitos da vítima.

Entendendo-se que a prisão preventiva é medida excepcional, consoante disposição do artigo 282, §6º, do CPP, e em respeito aos direitos fundamentais, especialmente no que tange ao Princípio da Presunção de Inocência (artigo 5º, LVII, da CF), faz-se necessária fundamentação idônea e concreta para a decretação da medida. Nesse sentido, aponta Fernandes⁶⁰, que a fundamentação da prisão deve ser tríplice, referindo-se aos fatos que justificam a medida, à fundamentação legal de finalidade de assegurar as medidas protetivas e ao aspecto constitucional, demonstrando a necessidade da prisão, *ultima ratio*. A autora compreende, ainda, no que se refere ao *periculum libertatis*, que a análise da periculosidade não estaria condicionada à vida pregressa do agente, visto que em regra os autores de violência doméstica não ostentam antecedentes em sua vida pregressa.

Encontra-se na jurisprudência decisões nesse sentido:

[...] No mais, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP. A decisão de prisão preventiva foi assim fundamentada (fls. 50/51): [...]. Ademais, estão presentes os pressupostos e requisitos da prisão cautelar, pois os fatos tipificados nos arts. 129, § 9º, c/c art. 147, do Código Penal, constituem infrações penais

⁵⁸SUXBERGER, Antônio Henrique Graciano. Prisão preventiva para garantir execução de medida protetiva de urgência nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.metajus.com.br/textos_nacionais/Prisao-preventiva-em-medida-protetiva-artigo-Suxberger.pdf>. Acesso: 15 nov. 2020.

⁵⁹SANNINI NETO, Francisco. Prisão Preventiva e o artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20649/prisao-preventiva-e-o-artigo-313-inciso-i-do-codigo-de-processo-penal>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

⁶⁰FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar (inclui Lei de Feminicídio). São Paulo: Atlas, 2015. <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/6177/1/Valeria%20Diez%20Scarance%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

envolvendo violência doméstica e familiar contra mulher- CPP, art. 313, III- e há indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas, extraídas das declarações do APFD. Os fatos já apurados e a gravidade dos crimes demonstram tanto a inaplicabilidade das medidas cautelares diversas da prisão, quanto o risco concreto à ordem pública e à integridade da vítima caso o autuado seja de pronto colocado em liberdade, valendo destacar que Rubia relatou a Autoridade Policial que as agressões perpetradas pelo custodiado são constantes (f.06). Logo, a prisão preventiva na espécie tem a essencial função de resguardar a ordem pública e a conveniência da regular instrução processual, nos termos do art. 312 do CPP. [...]. **Como se vê, a fundamentação trazida no decreto prisional deve, neste juízo inicial, ser considerada idônea, com esteio na reiteração delitiva, tendo a vítima noticiado que as agressões perpetradas pelo custodiado são constantes. Pacífico é o entendimento desta Corte no sentido de que constitui fundamento idôneo à decretação da custódia cautelar a necessidade de resguardar a integridade física e psicológica da vítima que se encontra em situação de violência doméstica, como é o presente caso, conforme art. 313, inc. III, do Código de Processo Penal - CPP.** [...] ⁶¹ (Grifos não constam no original).

HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. LESÃO CORPORAL. AMEAÇA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. As prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade da restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção. 2. Na sentença de pronúncia, o Juízo singular entendeu que não houve alteração nos motivos que mantiveram o paciente preso durante toda a instrução processual, ou seja, manteve os fundamentos utilizados quando do indeferimento do pedido de revogação da prisão, quais sejam, **a reiteração da prática delitiva e sua insubordinação às determinações judiciais, já que, mesmo intimado da decretação de medidas protetivas, o réu tornou a procurar a vítima, agredindo-a e ameaçando-a de morte, motivação idônea e harmônica com a jurisprudência desta Corte.** 3. **O descumprimento de medidas protetivas de urgência anteriormente estabelecidas, nos termos do art. 313, III, do Código de Processo Penal, constitui motivo suficiente para embasar a segregação cautelar.** Precedentes. 4. Concretamente demonstrada pelas instâncias ordinárias a necessidade da custódia, não se afigura suficiente a fixação de medidas cautelares alternativas. 5. Ordem denegada. ⁶² (Grifos não constam no original).

De acordo com Bianchini⁶³, o juiz pode decretar tanto a prisão preventiva do agressor, sendo que tal ação é muitas vezes de extrema importância para a proteção

⁶¹STJ - RHC: 133121 MG 2020/0213452-8, Relator: Ministro NEFI CORDEIRO, Data de Publicação: DJ 27/08/2020.

⁶²STJ - HC: 494097 MG 2019/0046757-1, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 07/05/2019, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/05/2019.

⁶³BIANCHINI, Alice. O novo tipo penal de descumprimento de medida protetiva previsto na Lei 13.641/2018. Jusbrasil, São Paulo, 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/569740876/o-novo-tipo-penal-de-descumprimento-de-medida-protetiva-previsto-na-lei-13641-2018>>. Acesso em: 20 out. 2020.

da vítima, quanto decretar outra medida que julgar necessária, adequada e proporcional. “A análise, portanto, da necessidade, adequação e proporcionalidade de uma medida protetiva mais rigorosa, podendo chegar à prisão preventiva é de extrema importância e deve ser realizada pelo juiz o mais pronto possível”⁶⁴.

Sabe-se que, muitas vezes, o agressor descumpre a medida protetiva de urgência com a intenção de, exclusivamente, dar seguimento às agressões, como pode ser observado a seguir:

APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. PENA. 1. Pela leitura da prova produzida na primeira fase do Júri e, posteriormente, em Plenário, principalmente pelo depoimento da vítima, não há como sustentar ter a decisão dos jurados sido contrária prova dos autos. Isso porque além das declarações da ofendida, as demais testemunhas que depuseram em juízo, com exceção da mãe do réu, ouvida na condição de informante, sustentaram que, **embora houvesse medida protetiva da Lei Maria da Penha determinando o afastamento do acusado de sua ex-companheira, ele foi até a casa dela, em duas oportunidades, sendo que na segunda arrombou a porta e tentou matá-la com golpes de faca**. A vítima conseguiu fugir pela janela, tendo o réu a perseguido e a agarrado pelo pescoço. Nesse momento, o cunhado da ofendida defendeu-a, dando um golpe com um machado na cabeça do réu. Não há que de falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus 111.840, por maioria de votos, deferiu a ordem para declarar *incidenter tantum* a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.072/90 com a redação dada pela Lei nº 11.464/2007. Destarte, preenchidos os pressupostos do artigo 33, § 2º, b, do Código Penal, impõe-se a fixação do regime inicial semiaberto. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.⁶⁵ (grifos não constam no original)

Como bem explica Paulo Marcos Ferreira Lima, “é relevante para o direito penal a prevenção da violência de gênero, isto é, o dever de acautelar e evitar os danos individuais e coletivos derivados da violência de gênero e o correlativo direito a prevenção dos danos derivados da falta de defesa”⁶⁶.

Assim, quando se verifica o descumprimento da medida restritiva imposta pela medida protetiva, muitas vezes, de forma sucessiva, forma-se a situação complexa na qual se configura tanto a integridade pessoal e a vida da mulher, quanto a liberdade do indivíduo. Conforme explicam Rosane Lavigne e Cecília Perlingeiro:

⁶⁴*Ibidem*.

⁶⁵Apelação Crime Nº 70052794880, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nereu José Giacomolli, Julgado em 23/05/2013.

⁶⁶LIMA, Paulo Marco Ferreira. Violência contra a Mulher: O Homicídio Privilegiado e a Violência Doméstica. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.

Nesta ponderação, não se pode desprezar a severidade da interferência estatal na privação de liberdade cautelar de alguém, mas tampouco se pode mitigar a gravidade do ato e seu potencial lesivo face aos direitos humanos de outra pessoa (mulher). Neste caso, justifica-se a privação de liberdade cautelar do sujeito pelo fato de representar ameaça ou perigo de dano a bem jurídico tutelado, quando observada a excepcionalidade autorizadora dessa medida.⁶⁷

A prisão preventiva não visa a punição antecipada do agressor ou expansão criminalizante, mas visa atender ao principal foco da Lei Maria da Penha, a ampla proteção aos direitos humanos das mulheres. Portanto, a retenção cautelar se mostra importante quando demonstra ser mais eficaz na proteção da mulher, não por impulso punitivo ou desconhecimento dos problemas carcerários, mas para garantir a utilização de instrumentos possíveis na proteção do bem jurídico tutelado pela Lei Maria da Penha.⁶⁸

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho se propôs a analisar alguns dos instrumentos jurídicos capazes de auxiliar na efetivação dos objetivos da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e prevenir a violência de gênero, que cause dano, morte, lesão sofrimento físico, sexual, psicológico e patrimonial à vítima.

A Lei Maria da Penha previu em seus artigos as medidas protetivas de urgência visando a proteção da mulher vítima de violência e para evitar a reincidência dos atos delituosos. Em razão dos constantes descumprimentos das medidas impostas em desfavor do agressor, a Lei 13.641/2018 tornou crime o descumprimento de medidas protetivas de urgência visando inibir tais atos. No entanto, a tipificação não foi suficiente para inibir atos que atentem contra a segurança da mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Em 2020, CNJ e CNMP instituíram o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, para identificar os fatores de risco de a mulher vir a sofrer violência e auxiliar

⁶⁷LAVIGNE, Rosane M. Reis e PERLINGEIRO, Cecília. Das Medidas Protetivas de Urgência – Artigos 18 a 21. In CAMPOS, C. H. (Org.) Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 289-306.

⁶⁸*Ibidem*.

na intervenção imediata do problema. O Formulário possibilita a valoração dos fatores de risco para evitar novos atos de violência e até mesmo a ocorrência de feminicídio, de forma a subsidiar a atuação do Ministério Público, do Poder Judiciário e das demais instituições.

O Formulário deve ser aplicado por profissionais capacitados e é composto por perguntas sobre o histórico de violência, sobre a vítima, sobre o agressor e demais informações importantes, sendo a segunda parte voltada ao preenchimento pelo profissional de informações pertinentes para a compreensão da situação da vítima.

Dada a complexidade do contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher e o risco concreto à integridade da vítima, seja pelo descumprimento de medidas protetivas de urgência impostas, ou pelo risco identificado através da análise da situação concreta e dos fatores de risco, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco se mostra um importante instrumento para a identificação tempestiva do risco ao qual a vítima está submetida.

A prisão preventiva do agressor se mostra, por vezes, a medida mais eficaz na proteção da mulher. No entanto, dada a excepcionalidade autorizadora da medida e a severidade da privação de liberdade cautelar de alguém, esta deve ser devidamente justificada. A análise adequada dos resultados do Formulário auxiliará na verificação da necessidade, adequação e proporcionalidade de uma medida protetiva mais rigorosa como a prisão preventiva do agressor e na justificação concreta da gravidade do ato e seu potencial lesivo face aos direitos humanos da mulher.

REFERÊNCIAS

Apelação Crime Nº 70052794880, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nereu José Giacomolli, Julgado em 23/05/2013.

BIANCHINI, Alice. O novo tipo penal de descumprimento de medida protetiva previsto na Lei 13.641/2018. Jusbrasil, São Paulo, 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/569740876/o-novo-tipo-penal-de-descumprimento-de-medida-protetiva-previsto-na-lei-13641-2018>>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 20 de out. 2020.

BRASIL. Código Penal. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 20 de out. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.641/2018, de 3 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm#art2>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL, República Federativa do. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. Descumprir medidas protetivas de urgência agora é crime. Jusbrasil, São Paulo, 10 abr. 2018. Disponível em: <<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/563464417/descumprir-medidas-protetivas-de-urgencia-agora-e-crime>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CAMPOS, Carmen Hein de. Organizadora. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2011.

CNJ. Recomendação Geral n. 35 sobre Violência de Gênero Contra as Mulheres do Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW). Série Tratados Internacionais de Direitos humanos. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2019/09/769f84bb4f9230f283050b7673aeb063.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2020/03/ResolucaoConjunta-CNJCNMP-Frida-04032020.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Formulário FRIDA, 2019. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2019/maio/Proposta_de_kit.REV.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

CUNHA, Rogério Sanches. Lei 13.641/18: Tipifica o crime de desobediência a medidas protetivas. 04 abr. 2018. Disponível em: <<http://meusitejuridico.com.br/2018/04/04/lei-13-64118-tipifica-o-crime-de-desobediencia-medidas-protetivas/>>. Acesso em 20 nov. 2020.

DIAS, Maria Berenice. Medidas Protetivas Mais Protetoras. 2016. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_13014\)Medidas_protetivas_mais_protetoras.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_13014)Medidas_protetivas_mais_protetoras.pdf)>. Acesso em 12 de nov. 2020.

Exposição de Motivos da Lei 11.340/2006. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/SMP/2004/16.htm>.
Acesso em: 30 out. 2020.

Exposição de Motivos da Lei 13.641/2018. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1297696>.
Acesso em: 30 out. 2020.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar (inclui Lei de Feminicídio). São Paulo: Atlas, 2015.
<<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/6177/1/Valeria%20Diez%20Scarance%20Fernandes.pdf>>.

FRA – European Union Agency for Fundamental Right. Violence against women: an EU-widesurvey. Main results, 2015. Disponível em:
<https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2014-vaw-survey-main-results-apr14_en.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

Gênero bate à porta do Judiciário: aplicando o Formulário Nacional de Avaliação de Risco [recurso eletrônico] / organizadoras Salete Silva Sommariva, Michelle de Souza Gomes Hugill. – Documento eletrônico. - Florianópolis: CEJUR, 2020.

GERHARD, Nádia. Patrulha Maria da Penha: O impacto da ação da Polícia Militar no enfrentamento da violência doméstica. Porto Alegre: AGE e ediPUCRS, 2014.

IPEA. Relatório: O Poder Judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Disponível em:
<http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/190830_rel_poder_judic_no_enfren_a_viol_domest_familiar_contra_as_mulheres.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

KATO, Shelma Lombardi de. Enfrentando a violência contra a mulher – slides. Violência intrafamiliar e doméstica: Medidas preventivas e repressivas na Lei 11.340 de 07.08.2006 (Lei Maria da Penha). Mato Grosso: Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. 2007.

Lei Maria da Penha completa 11 anos com ações de combate à violência contra a mulher. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/08/lei-maria-da-penha-completa-11-anos-com-acoes-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em 07 out. 2020.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. Violência contra a Mulher: O Homicídio Privilegiado e a Violência Doméstica. 2o edição. São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação criminal especial comentada: volume único. 4 ed. rev. atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2016.

LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEDEIROS, Marcela Novais. Avaliação de risco em casos de violência perpetrada pelo parceiro íntimo. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, 2015.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Violencia contra la mujer. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. Revista Direito GV. v.11, n.2. São Paulo, jul/dez.2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0407.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

_____. Formulário de avaliação de risco: modelo para a realidade brasileira. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/acf33647-561b-4225-a054-c53d248a812e.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

SANNINI NETO, Francisco. Prisão Preventiva e o artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20649/prisao-preventiva-e-o-artigo-313-inciso-i-do-codigo-de-processo-penal>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

STJ - HC: 494097 MG 2019/0046757-1, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 07/05/2019, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/05/2019.

STJ - RHC: 133121 MG 2020/0213452-8, Relator: Ministro NEFI CORDEIRO, Data de Publicação: DJ 27/08/2020.

SUXBERGER, Antônio Henrique Graciano. Prisão preventiva para garantir execução de medida protetiva de urgência nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.metajus.com.br/textos_nacionais/Prisao-preventiva-em-medida-protetiva-artigo-Suxberger.pdf>. Acesso: 15 nov. 2020.

TJ-SP - APL: 00049576220158260602 SP 0004957-62.2015.8.26.0602, Relator: Angélica de Almeida, Data de Julgamento: 08/03/2017, 12ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 27/03/2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Mapa da Violência 2015. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

ANEXOS**ANEXO A — Formulário Nacional de Avaliação de Risco**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de JustiçaCONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**ANEXO DA RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 5, DE 3 DE MARÇO DE
2020.****FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER****PARTE I****IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES**

Órgão de Registro: _____

Nome da vítima: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____

Nacionalidade: _____

Nome do(a) agressor(a): _____ Idade: _____

Escolaridade: _____

Nacionalidade: _____

Vínculo entre a vítima e o(a) agressor(a): _____

Data: ____/____/____

BLOCO I - SOBRE O HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA**1. O(A) agressor(a) já ameaçou você ou algum familiar com a finalidade de atingi-la?**

- ☐ Sim, utilizando arma de fogo
- ☐ Sim, utilizando faca
- ☐ Sim, de outra forma
- ☐ Não

2. O(A) agressor(a) já praticou alguma(s) dessas agressões físicas contra você?



Poder Judiciário

Conselho Nacional de JustiçaCONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

- ☐ Queimadura
- ☐ Enforcamento
- ☐ Sufocamento
- ☐ Estrangulamento
- ☐ Tiro
- ☐ Afogamento
- ☐ Facada
- ☐ Paulada
- ☐ Soco
- ☐ Chute
- ☐ Tapa
- ☐ Empurrão
- ☐ Puxão de Cabelo
- ☐ Outra. Especificar: _____
- ☐ Nenhuma agressão física

3. Você necessitou de atendimento médico e/ou internação após algumas dessas agressões?

- ☐ Sim, atendimento médico
- ☐ Sim, internação
- ☐ Não

4. O(A) agressor(a) já obrigou você a ter relações sexuais ou praticar atos sexuais contra a sua vontade?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

5 O(A) agressor(a) persegue você, demonstra ciúme excessivo, tenta controlar sua vida e as coisas que você faz? (aonde você vai, com quem conversa, o tipo de roupa que usa etc.)

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

6. O(A) agressor(a) já teve algum destes comportamentos?

- ☐ Disse algo parecido com a frase: "se não for minha, não será de mais ninguém"
- ☐ Perturbou, perseguiu ou vigiou você nos locais que frequenta
- ☐ Proibiu você de visitar familiares ou amigos
- ☐ Proibiu você de trabalhar ou estudar
- ☐ Fez telefonemas, enviou mensagens pelo celular ou e-mails de forma insistente
- ☐ Impediu você de ter acesso a dinheiro, conta bancária ou outros bens (como documentos pessoais, carro)
- ☐ Teve outros comportamentos de ciúme excessivo e de controle sobre você



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

☐ Nenhum dos comportamentos acima listados

7.a Você já registrou ocorrência policial ou formulou pedido de medida protetiva de urgência envolvendo esse(a) mesmo(a) agressor(a)?

- ☐ Sim
☐ Não

7.b O(A) agressor(a) já descumpriu medida protetiva anteriormente?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei

8. As agressões ou ameaças do(a) agressor(a) contra você se tornaram mais frequentes ou mais graves nos últimos meses?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei

BLOCO II - SOBRE O(A) AGRESSOR(A)

9. O(A) agressor(a) faz uso abusivo de álcool ou de drogas ou medicamentos?

- ☐ Sim, de álcool
☐ Sim, de drogas
☐ Sim, de medicamentos
☐ Não
☐ Não sei

10. O(A) agressor(a) tem alguma doença mental comprovada por avaliação médica?

- ☐ Sim e faz uso de medicação
☐ Sim e não faz uso de medicação
☐ Não
☐ Não sei

11. O(A) agressor(a) já tentou suicídio ou falou em suicidar-se?

- ☐ Sim
☐ Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de JustiçaCONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

☐ Não sei

12. O(A) agressor(a) está com dificuldades financeiras, está desempregado ou tem dificuldade de se manter no emprego?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei

13. O(A) agressor(a) já usou, ameaçou usar arma de fogo contra você ou tem fácil acesso a uma arma?

- ☐ Sim, usou
☐ Sim, ameaçou usar
☐ Tem fácil acesso
☐ Não
☐ Não sei

14. O(A) agressor(a) já ameaçou ou agrediu seus filhos, outros familiares, amigos, colegas de trabalho, pessoas desconhecidas ou animais?

- ☐ Sim, filhos
☐ Sim, outros familiares
☐ Sim, amigos
☐ Sim, colegas de trabalho
☐ Sim, outras pessoas
☐ Sim, animais
☐ Não
☐ Não sei

BLOCO III - SOBRE VOCÊ

15. Você se separou recentemente do(a) agressor(a), tentou ou manifestou intenção de se separar?

- ☐ Sim
☐ Não

16.a. Você tem filhos?

- ☐ Sim, com o(a) agressor(a). Quantos? _____
☐ Sim, de outro relacionamento. Quantos? _____
☐ Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de JustiçaCONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

16.b. Qual a faixa etária de seus filhos? Se tiver mais de um filho, pode assinalar mais de uma opção:

- ☐ 0 a 11 anos
☐ 12 a 17 anos
☐ A partir de 18 anos

16.c. Algum de seus filhos é pessoa com deficiência?

- ☐ Sim
☐ Não

17. Estão vivendo algum conflito com relação à guarda dos filhos, visitas ou pagamento de pensão pelo agressor?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei

18. Seu(s) filho(s) já presenciaram ato(s) de violência do(a) agressor(a) contra você?

- ☐ Sim
☐ Não

19. Você sofreu algum tipo de violência durante a gravidez ou nos três meses posteriores ao parto?

- ☐ Sim
☐ Não

20. Você está grávida ou teve bebê nos últimos 18 meses?

- ☐ Sim
☐ Não

21. Se você está em um novo relacionamento, as ameaças ou as agressões físicas aumentaram em razão disso?

- ☐ Sim
☐ Não

22. Você possui alguma deficiência ou doença degenerativa que acarretam condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental?

- ☐ Sim. Qual(is)? _____
☐ Não



23. Com qual cor/raça você se identifica:

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela/oriental
- ☐ Indígena

BLOCO IV - OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

24. Você considera que mora em bairro, comunidade, área rural ou local de risco de violência?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

25. Qual sua situação de moradia?

- ☐ Própria
- ☐ Alugada
- ☐ Cedida ou "de favor". Por quem?

26. Você se considera dependente financeiramente do(a) agressor(a)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

27. Você quer e aceita abrigo temporário?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Declaro, para os fins de direito, que as informações supra são verídicas e foram prestadas por mim,

Assinatura da Vítima/terceiro comunicante: _____



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

PARA PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL:

- () Vítima respondeu a este formulário sem ajuda profissional
- () Vítima respondeu a este formulário com auxílio profissional
- () Vítima não teve condições de responder a este formulário
- () Vítima recusou-se a preencher o formulário
- () Terceiro comunicante respondeu a este formulário.

ENTREVISTADOR
(Assinatura e identificação)



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

PARTE II

(PREENCHIMENTO EXCLUSIVO POR PROFISISONAL CAPACITADO)

Durante o atendimento, a vítima demonstra percepção de risco sobre sua situação? A percepção é de existência ou inexistência do risco? (por exemplo, ela diz que o agressor pode matá-la, ou ela justifica o comportamento do agressor ou naturaliza o comportamento violento?). Anote a percepção e explique.

Existem outras informações relevantes com relação ao contexto ou situação da vítima e que possam indicar risco de novas agressões? (Por exemplo, a vítima tem novo(a) companheiro(a) ou tomou decisões que anunciam um rompimento definitivo com o agressor (pretende mudar de casa, bairro, cidade). Anote e explique.

Como a vítima se apresenta física e emocionalmente? (Tem sinais de esgotamento emocional, está tomando medicação controlada, necessita de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico?) Descreva.

Existe o risco de a vítima tentar suicídio ou existem informações de que tenha tentado se matar?

A vítima ainda reside com o(a) agressor(a) ou ele tem acesso fácil à sua residência? Explique a situação.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de JustiçaCONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Descreva, de forma sucinta, outras circunstâncias que chamaram sua atenção e que poderão representar risco de novas agressões, a serem observadas no fluxo de atendimento.

Quais são os encaminhamentos sugeridos para a vítima?

A vítima concordou com os encaminhamentos?

Sim ()

Não(). Por que? _____

(Assinatura e identificação)